



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 843/11

Dispõe sobre o volume máximo de som permitido em salas de cinema, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º O volume máximo de som permitido nas projeções em salas de cinema, no âmbito do Estado do Paraná, deve ser de até noventa e dois decibéis (DB) para projeções de no máximo três horas contínuas.


Art. 2º Ao iniciar a projeção os responsáveis pelas salas de cinema deverão informar ao público, através de mensagem de som e imagem, o limite de volume do áudio permitido.

Art. 3º A fiscalização do cumprimento desta Lei dar-se-á nos termos do inciso VII do art. 33 do Anexo ao Decreto Estadual nº 777, de 9 de maio de 2007, que regulamentou as competências da Secretaria de Estado da Saúde e do Departamento de Vigilância Ambiental – DEVA.

Art. 4º O valor da multa a ser aplicada pelo DEVA por descumprimento desta Lei será de cem Unidades de Padrão Fiscal do Paraná, e em dobro caso ocorra a reincidência e assim sucessivamente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2012.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual


RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto de Lei nº 380/12


Declara de Utilidade Pública a
Associação de Conselheiros Tutelares do
Oeste Paranaense – ACTOP, com sede e
foro no Município de Cascavel.


Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação de Conselheiros Tutelares do Oeste Paranaense – ACTOP, com sede e foro no Município de Cascavel.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2012.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual


RELATOR





D. L.
Fls. 02
C



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.
Em, 20 JUN 2011
[Signature]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 520 /2011.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a
Associação Goioerense de Basquete -
AGOBAS.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Goioerense de Basquete,
com sede e foro no Município de Goioerê.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de julho de 2011.

PEDRO LUPION
Deputado Estadual

16:35 20/06/2011 00:47:16 07 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



JUSTIFICATIVA

A Associação Goioerense de Basquete é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na cidade de Golorê, regida por estatuto próprio, destituida de preconceitos raciais, sociais, religiosos, de nacionalidade e sexo, criada e constituída por atletas, ex-atletas e pais de atleta, com o objetivo de fomentar a prática desportiva no Município de Golorê, na modalidade de Basquete.

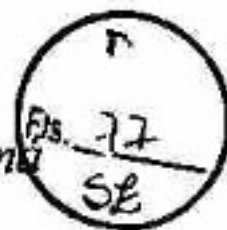
A mencionada associação objetiva a implementação de projeto social na área esportiva, atendendo crianças, jovens e adultos do município, procurando por intermédio do esporte introduzir a solidariedade, o companheirismo, a disciplina, entre outros valores fundamentais para a formação e manutenção de um caráter honesto e digno, visando o aumento da qualidade de vida de seus beneficiados.

Considerando os dados estatísticos e informações veiculadas diariamente na mídia nacional de que a cada dia mais aumenta o número de jovens em situação de risco (evasão escolar, criminalidade e gravidez precoce) e que o esporte é comprovadamente uma excelente ferramenta de resgate e integração destes jovens, além de incentivar a melhoria do rendimento escolar e aprimorar as mais variadas capacidades físicas se conclui que os trabalhos prestados pela Associação Goioerense de Basquete é fundamental aos munícipes locais.

Diante de todo o exposto, se requer o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública a Associação Goioerense de Basquete, localizada no Município de Golorê.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 520/2011

Projeto de Lei nº. 520/2011

Autor: Deputado Estadual Pedro Lupion

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO GOIOERENSE DE BASQUETE - AGOBAS, com sede e foro no Município de Goioerê.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

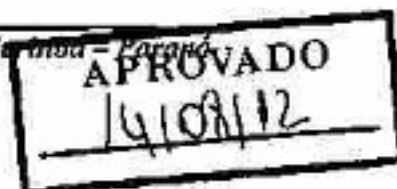
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO GOIOERENSE DE BASQUETE - AGOBAS**, com sede e foro no Município de Goioerê, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênera.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade o esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
79
SL

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo de assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 85/96, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



DEP. NEY LEPREVOST
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI N.º 797/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 OUT. 2011

Kury
1º Secretário

EMENTA: Dispõe sobre a garantia de informação ao idoso acerca de seu direito de manter acompanhante no período em que estiver internado ou em observação, em hospitais, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1.º - Os hospitais da rede pública e privada, no âmbito do Estado do Paraná, deverão afixar cartaz ou placa, em local visível, informando sobre o direito dos idosos de serem acompanhados em caso de internação ou observação.

Parágrafo Único: O cartaz ou placa, de que trata o "caput" deste artigo deverá conter obrigatoriamente a seguinte informação: "AO IDOSO INTERNADO OU EM OBSERVAÇÃO É ASSEGURADO O DIREITO A ACOMPANHANTE".

Art. 2.º - Pelo descumprimento do disposto na presente Lei aplicar-se-ão às instituições as seguintes penalidades:

I - notificação por escrito;

II - multa de 100 (cem) UFEPRs - (Unidades Fiscais do Estado do Paraná);

III - multa de 300 (trezentas) UFEPRs - (Unidades Fiscais do Estado do Paraná), em caso de reincidência.

§1.º - Contra a instituição que for imposta a penalidade será assegurada a ampla defesa e o contraditório, podendo ser aplicada a multa somente após a

1342 05/10/2011 09:22:23 DT ASSINATURA ELETRÔNICA DO PROJETO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



comprovação da não afixação do cartaz ou placa informativa de que trata esta Lei, a ser apurada em processo administrativo.

§2.º - Os valores das multas poderão ser elevados em até 10 (dez) vezes quando for verificado que, em razão da condição econômica do (a) ofensor (a), resultarão inócuas.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741) entrou em vigor na data de 1º de Janeiro de 2004. Sancionado em outubro de 2003, garante a homens e mulheres com mais de 60 anos direitos para melhorar a vida deste que já contribuíram na construção do país, porém desde sua vigência são encontradas dificuldades para efetivação. O art. 16 da Lei garante o direito ao idoso de ter acompanhante em tempo integral nos casos de internação/observação em estabelecimentos de saúde.

O desconhecimento por parte dos pacientes e a rotina dos estabelecimentos, podem ser a explicação da falta de tal informação. A disseminação da Lei sobre os direitos pertencentes aos idosos é de extrema importância para a nova realidade de um país que deixou de ser jovem, valorizando e respeitando assim esta fase da vida.

Em vista do exposto aqui, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação de tão importante proposição.



ANÁLISE AO PROJETO DE LEI 797/2011.

Projeto de Lei nº 797/2011.
Autor: Deputado Ney Leprevost.

Súmula: Dispõe sobre a garantia de informação ao idoso acerca de seu direito de manter acompanhante no período em que estiver internado ou em observação, em hospitais, no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: SAÚDE. INFORMAÇÃO AO IDOSO SOBRE GARANTIA DE ACOMPANHANTE NO PERÍODO DE INTERNAÇÃO. ART. 24 DA CF. ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO. ART. 65 DA CE. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, visa garantir a informação através de cartaz ou placa nos hospitais no Estado do Paraná para os idosos do seu direito de ter um acompanhante no período em que estiver internado, cumprindo o que rege o Estatuto do Idoso.



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Inicialmente, cumpre salientar que a Constituição Federal no seu artigo 24º, XII destina a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente na área de saúde, vejamos:

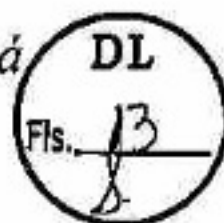
Art. 24º. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.
(Grifo nosso).

Ademais, verifica-se que os membros do Poder Legislativo detêm a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Vistumbra-se, portanto, que o membro do Poder Legislativo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela, haja vista a proposição visa implantar a informação através de cartaz ou placa nos hospitais do direito de acompanhante aos idosos no período de internação.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, uma vez que a proposição não acarreta aumento de despesas ao Executivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de Abril de 2012.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



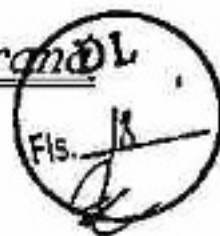
**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E
DO IDOSO**

Projeto de Lei nº 797/2011

Autoria: Deputado NEY LEPREVOST

O Projeto de Lei nº 797/2011, de autoria o nobre Deputado Ney Leprevost, tem como objetivo garantir a informação, mediante cartaz ou placa, nos hospitais do Paraná, de que os Idosos tem direito a acompanhante nos períodos de internamento ou observação.

Esse direito é garantido pelo Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741), em vigor desde 2004, porém, grande parte dos pacientes ainda desconhece tal direito, sendo que, muitas vezes o acompanhante é barrado, sob a alegação de que a equipe hospitalar irá cuidar de tudo.



Todavia, o acompanhante do paciente Idoso representa uma segurança emocional necessária nesses momentos, razão pela qual entendemos de grande alcance social o projeto de lei ora em análise.

O mencionado projeto já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Sendo assim, ante o exposto, nosso Parecer é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 797/2011.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.


Deputada ROSE LITRO

Presidente


Deputado CAIO QUINTANA

Relator



fero



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PROJETO DE LEI N. 797/11

AUTOR: DEPUTADO NEY LEPREVOST

RELATOR: WALDYR PUGLIESI

Súmula: Dispõe sobre a garantia de informação ao idoso acerca de seu direito de manter acompanhante no período em que estiver internado ou em observação, em hospitais, no âmbito do estado do Paraná.

Ementa: OBRIGATORIEDADE DIVULGAÇÃO
CARTAZES PLACAS INFORMAÇÃO
ACOMPANHANTES IDOSOS HOSPITAIS.
INTERNAÇÃO, OBSERVAÇÃO. ESTATUTO IDOSO,
ART. 16. APROVAÇÃO. ART. 33-U. REGIMENTO
INTERNO.

Síntese:

O projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost obriga unidades hospitalares da rede pública e particular em todo estado a afixar cartazes ou placa, em locais visíveis, informando o direito dos idosos serem acompanhados em casos de internação ou observação (art. 1º).

Prescreve penalidades (art. 2º) e especificamente multas (art. 2º, incisos).

A.



Fundamentação:

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa define que:

Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos, individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

Desta forma, considerando totalmente pertinente nossa manifestação nesta proposição que visa proteger a dignidade do idoso nas unidades hospitalares em nosso Estado.

O Estatuto do Idoso, no artigo 16, assegura o direito ao acompanhante, nestes termos:

Art. 16. Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

Parágrafo único. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.

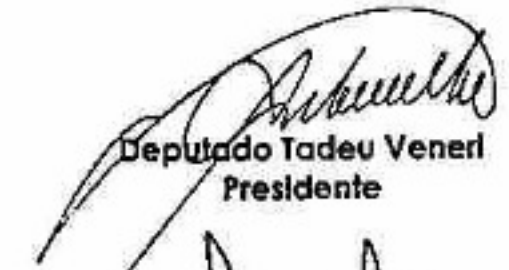
AL

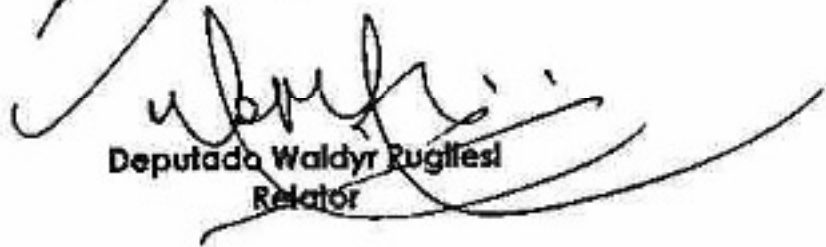


A proposição visa, portanto, efetivar o Estatuto do Idoso utilizando o direito à informação, informando a família e os próprios usuários idosos através de cartazes e placas em unidades hospitalares, desde que seja transformada em lei por esta Casa, mantendo-se em perfeita sintonia com os princípios e diretrizes desta comissão humanitária.

Desta forma, opina pela aprovação da proposição n. 797/2011 pela Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, para sua continuidade e regular tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2012.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Ruglessi
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adalino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moreira, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hoffenberg Mello e Deputada Rosa Lúcio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 797/2011

Súmula: Dispõe sobre a garantia de informação ao idoso acerca de seu direito de manter acompanhante no período em que estiver internado ou em observação, em hospitais, no âmbito do Estado do Paraná.

Autor: Deputado Ney Leprevost

Justificativa: Facilitar a informação aos direitos do consumidor idoso.

Paróceros favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Entende-se como suficiente e louvável a justificativa apresentada pelo parlamentar, tendo em vista a existência da legislação a amparar a pessoa do idoso enquanto paciente e consumidor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles da Hollenbach Meilo e Deputada Rose Liro

DL


Fls. 26


54

Assim, diante da intenção em proteção ao consumidor, não havendo óbice legal e estando em consonância com a legislação consumerista, emite-se parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de Agosto de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Adelino Ribeiro
Relator



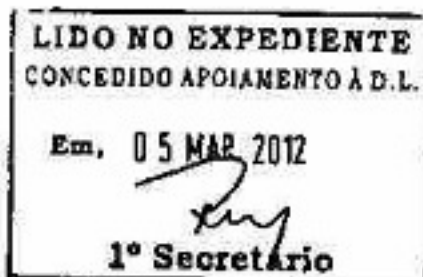
Dop. Raulo Rodrigues

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PROJETO DE LEI Nº 069/12



Súmula: Estabelece diretrizes de incentivo no âmbito do Estado do Paraná para eventos esportivos das Modalidades de Corridas de Rua e de Montanha e adota outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETA:

Artigo 1º - Ficam estabelecidas diretrizes de incentivo para eventos esportivos das Modalidades de Corridas de Rua e de Montanha no âmbito do Estado do Paraná.

Artigo 2º - As diretrizes de incentivo para eventos esportivos das modalidades de Corridas de Rua e de Montanha, serão viabilizadas através de parcerias e convênios entre a Secretaria de Estado do Esporte do Paraná (SEES/PR), e segmentos especializados da iniciativa privada, pessoas jurídicas de direito público, ou de direito privado, de natureza esportiva, visando apoiar e ampliar o calendário de Corridas de Rua e de Montanha no Estado do Paraná.

§ 1º. As diretrizes de incentivo para as Modalidades de Corridas de Rua e de Montanha poderão ser destinadas pela Secretária de Estado do Esporte do Paraná (SEES/PR), aos Municípios que já possuam provas das modalidades estabelecidas pelo "caput" Artigo 1º. Ou que venham realizá-las, mediante solicitação e apresentação de projeto junto ao órgão competente da Secretaria, obedecendo, os seguintes critérios:

14113 05/03/2012 08:18:73 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



I – Solicitação conjunta do prefeito e do responsável pelo órgão municipal gestor do esporte:

- a – Secretárias municipais de esportes;
- b – Departamentos municipais de esportes;
- c – Outros órgãos vinculados à administração municipal detentoras das responsabilidades de gestão das modalidades esportivas.

II – Projeto técnico, obedecendo as normas da Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF), e da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) e de associação ou federação específica para as provas de montanha, respeitando os quesitos estabelecidos pelo Artigo 5º e Incisos, da presente Lei, elaborado e assinado obrigatoriamente por Profissional de Educação Física, devidamente registrado no Sistema CONFEF/CRE's, contratado pelo órgão municipal gestor do esporte no município ou remunerado com fim específico pelo executivo municipal para elaboração do mesmo.

Artigo 3º - As diretrizes de que trata o "caput" do artigo, 2º da presente lei serão executadas exclusivamente através de parceria/convênio entre o poder público e o setor privado. Mediante encaminhamento de:

I - projeto técnico à Secretaria de Estado do Esporte do Paraná (SEES/PR), que obedeçam as normas da Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF), da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) e de associação ou



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



federação específica para as provas de montanha, elaborado e assinado obrigatoriamente por Profissional de Educação Física, devidamente registrado no Sistema CONFEF/CRE's, contratado pela(s) empresa(s) ou remunerado com fim específico por esta(s) para elaboração do mesmo;

II – Projeto de captação e de investimento de recursos para a realização do evento;

III – Documentação comprobatória da existência da qualificação e da idoneidade da empresa parceira, a ser apresentado junto à Secretaria de Estado do Esporte do Paraná (SEES/PR).

Artigo 4º - Entende-se por parceiros conveniados do setor privado, pessoas de natureza jurídica, prestadoras de serviços, aptas a organizar, orientar e realizar adequadamente eventos da modalidade de corridas de rua e de montanhas.

Artigo 5º - A parceria/convênio entre o poder público e o setor privado será firmada em conformidade com a legislação vigente.

Artigo 6º - As diretrizes estabelecidas no "caput" do Artigo 1º, respeitarão as normas da Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF), da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) e de associação ou federação específica para as provas de montanha, com obrigatoriedade para os seguintes quesitos:

I - homologação da corrida;

II - medição dos percursos;

III - atendimento médico para os atletas;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



IV - fornecimento de água e bebidas apropriadas;

V - segurança dos participantes;

VI - contenção do tráfego de veículos durante a competição, em conformidade com o artigo 67 do Código Brasileiro de Trânsito (CBT);

VII - divulgação do evento;

VIII - divulgação do regulamento da prova.

IX - utilização de práticas sustentáveis na organização e realização da prova.

Parágrafo único. Os eventos organizados pelas entidades que compreendam atividades de inclusão social nas corridas de rua e de montanhas receberão atenção especial para atendimento das diretrizes.

Artigo 7º. Os parceiros/conveniados poderão realizar campanhas educativas objetivando conscientizar os praticantes da modalidade de corridas de rua quanto à importância, os benefícios à saúde e a melhora da qualidade de vida e de práticas sustentáveis.

Parágrafo único. Fica facultada a divulgação dos logotipos dos parceiros/conveniados aos eventos por eles organizados como contrapartida pelos serviços executados.

Artigo 8º - Na regulamentação, o Poder Executivo Estadual poderá expedir outras normas que julgue necessárias para disciplinar a presente lei.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




Artigo 9º - A avaliação e a aprovação dos projetos apresentados na forma prevista desta Lei, caberão a Comissão Técnica vinculada à Secretaria de Estado do Esporte do Paraná (SEES/PR), garantindo-se a participação de:

- I - Três representantes da Secretaria de Estado do Esporte do Paraná (SEES/PR) designados pelo Governo do Estado;
- II - Dois representantes das Federações e Associações competentes;
- III - Dois representantes do Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região - Estado do Paraná (CREF9/PR);
- IV - Dois representantes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Artigo 10º - As despesas decorrentes da execução desta lei serão providas exclusivamente pelos parceiros/conveniados, não podendo gerar custos ao poder público.

Artigo. 11º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de março de 2012.


RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual -PV



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

As Corridas de Rua surgiram na Inglaterra no século XVIII onde se tornaram bastante populares. Posteriormente, a modalidade foi disseminada no resto da Europa e Estados Unidos. No final do século XIX as *Corridas de Rua* ganharam impulso e depois do grande sucesso da primeira Maratona Olímpica recebeu mais força particularmente nos Estados Unidos. Durante o século XX, mas especificamente no início da década de 70 ocorre o "jogging boom" baseado na teoria do médico norte-americano Kenneth Cooper que difundiu seu famoso "Teste de Cooper". A partir daí, a prática da modalidade cresceu de maneira sem precedentes. Na mesma época, surgiram provas onde se permitia a participação popular junto com os corredores de elite, cada grupo largando em seus respectivos pelotões, conforme nos relata (SALGADO, 2006). *"Também durante a década de 70, nos Estados Unidos, começaram a acontecer às primeiras provas de corrida de rua com a participação de amadores junto aos corredores de elite."*

No Brasil, a primeira Corrida de Rua realizada data do ano de 1912. Sendo esta no Rio de Janeiro, organizada pelo jornal O Estado de São Paulo que intitulou a prova de "O estadinho". A corrida de São Silvestre em São Paulo é a prova brasileira com maior número de edições ininterruptas. A prova foi idealizada por Cásper Líbero que ao assistir uma corrida noturna na França em 1924 onde os corredores carregavam tochas de fogo. Entusiasmou-se e resolveu promover, naquele mesmo ano, prova semelhante na

R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



capital do Estado de São Paulo, de lá para cá, são oitenta e sete edições.

O Estado do Paraná também tem provas importantes e tradicionais no calendário nacional e internacional das corridas de rua. A Maratona Internacional de Curitiba é dentre elas uma das mais tradicionais. A prova, que já foi conhecida como Maratona Ecológica de Curitiba e Maratona Internacional de Curitiba, em sua décima quinta edição, passa a se chamar **Maratona Caixa de Curitiba**. Em 2011 a prova será organizada por uma empresa especializada em eventos esportivos, o que demonstra claramente a possibilidade e necessidade de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada.

A experiência da empresa organizadora do evento trará para a prova da capital paranaense a mesma qualidade já conhecida na realização do Ironman Brasil com infraestrutura inédita.

Outro fator a ser observado é o de critério da Federação Internacional das Associações de Atletismo (IAAF) que define as Corridas de Rua, como provas de pedestreanismo, disputadas em circuitos de rua (ruas, avenidas, estradas) com distâncias oficiais variando de 5 Km a 100 Km. Podemos citar aqui o Circuito das Estações Adidas que promove durante todo o ano provas de 5 Km e 10 Km, em vários Estados da Nação, incluindo o Paraná.

Atualmente as Corridas de Rua, são praticadas em sua grande maioria por atletas amadores de todas as idades que buscam na prática dos exercícios físicos, melhora da qualidade de vida, promoção de saúde, estética, integração social, fuga do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



estresse e busca de atividades prazerosas ou competitivas. Segundo (SALGADO, 2006). *Com o crescimento da prática das corridas de rua, além da busca pela saúde e qualidade de vida, cresce também a busca pela melhora do desempenho e por profissionais de educação física para prescrição dos treinos.*

Na última década, houve um aumento significativo do número de praticantes em todo o mundo, assim como no Brasil, (CORPORE, 2007). Estima-se que anualmente, pelo menos 200 Corridas de Rua sejam organizadas no Estado do Paraná. Esse número reflete o crescimento dos adeptos a modalidade. Segundo (SALGADO & CHACON-MIKAHIL, 2007) *"A corrida pode receber qualquer praticante da modalidade e o corredor não precisa ter uma habilidade específica, basta apenas o interesse em assumir um compromisso com o bem-estar."*

Diante dos fatos expostos, solicito o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis na aprovação da matéria.

2



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 069/12

Projeto de Lei nº 069/12

Autor: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: Estabelece diretrizes de incentivo no âmbito do estado do Paraná para eventos esportivos das modalidades de corridas de rua e de montanha e adota outras providências.

EMENTA: ESTABELECE DIRETRIZES DE INCENTIVO NO ESTADO DO PARANÁ PARA EVENTOS DE CORRIDA DE RUA E DE MONTANHA - CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24, IX - CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 13, IX. REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ ART. 33 - A, I. CONSTITUCIONALIDADE - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, visa estabelecer diretrizes de incentivo a eventos de corrida de rua e de montanha em no estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

A proposta em questão encontra guarida legal e constitucional, tanto no âmbito federal, quanto no âmbito estadual. O projeto foi devidamente proposto embasado na legalidade uma vez que a competência segundo as



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



constituições federal e estadual é concorrente, ou seja, garante tanto a União quanto aos Estados o poder de legislar sobre o desporto.

Vejamos:

Constituição Federal:

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto;"

Constituição Estadual:

"Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto;"

Ocorre também que a competência concorrente da União limita-se a estabelecer as normas gerais, sendo que esta competência não exclui o poder suplementar do Estado, sendo que no caso da não existência de lei federal sobre um determinado assunto, pode o Estado exercer a competência plena.

Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

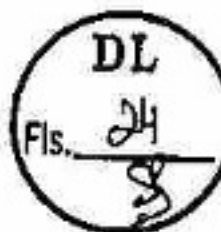
...

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

CONCLUSÃO:

Uma vez que a propositura encontra-se devidamente baseada na legislação Federal e estadual e diante dos motivos expostos, é inegável concluir quanto à legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei do Ilustre Deputado Estadual Rasca Rodrigues, Razão pela qual opinamos pelo parecer favorável.

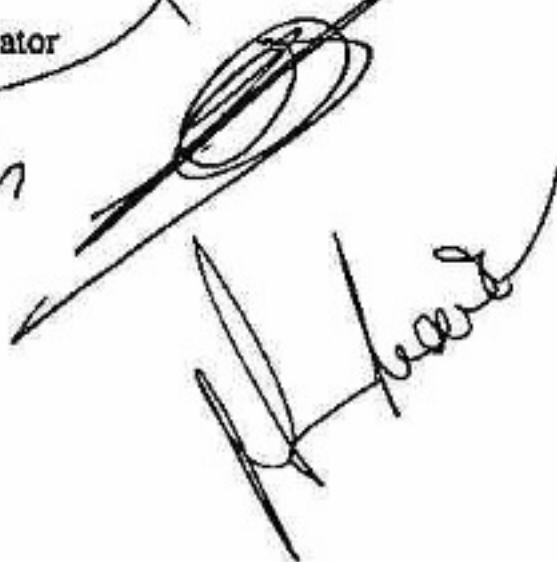
Sala das Comissões, 14 de maio de 2012.


NELSON JUSTUS

Presidente


DEPUTADO CAIO QUINTANA

Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Esportes



COMISSÃO DE ESPORTES

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 069/12

O presente Plano de Lei, de autoria do Nobre Deputado Rasca Rodrigues, tem por objetivo estabelecer diretrizes de incentivo no âmbito do Estado do Paraná para eventos esportivos das modalidades de corridas de rua e de montanha e adota outras providências.

Inicialmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Caito Quintana e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Esportes, cumprindo as determinações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-S, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa do Nobre Deputado Rasca Rodrigues.

Cumpre salientar que o Regimento Interno desta Assembleia, por meio do art. 124, assegura a competência ao nobre deputado para propor matérias dessa natureza.

Saliento ainda, que a nossa Carta Estadual, em seu art. 65, também garante ao parlamentar desta Assembleia a iniciativa da referida proposta.

De igual modo, constata-se que medidas como a presente garantem o cumprimento dos dispositivos constitucionais concorrentes, tratados no art. 24,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Esportes

DL
Fis. 28
8

inciso IX da Carta Magna Federal e art. 13, inciso IX, da Carta Magna Estadual, quando trata-se da questão de desporto.

Da mesma forma, observamos que, tanto o art. 217 da Constituição Federal bem como o art. 197 da Constituição Estadual dispõem sobre a importância e o dever que o Estado tem em relação ao fomento das atividades desportivas.

Por último, cabe ainda, ressaltar que a proposta, além de se tratar de matéria altamente meritória, devemos observar que, o Projeto de Lei em tela, assegura que as despesas decorrentes da execução desta lei serão exclusivamente providas pelos parceiros/conveniados, isentando de gastos o Poder Público.

Isto posto, e não encontrando nada que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, apresento a Vossas Excelências o devido parecer **FAVORÁVEL** pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em

DEPUTADO NEY LEPREVOST
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR

PARECER DA COMISSÃO DE CULTURA AO PROJETO DE LEI Nº 069/2012

SÚMULA: *Estabelece diretrizes de incentivo no âmbito do Estado do Paraná para eventos esportivos das Modalidades de Corridas de Rua e de Montanha e adota outras providências.*

I – SÍNTESE

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, *estabelecendo diretrizes de incentivo no âmbito do Estado do Paraná para eventos esportivos das Modalidades de Corridas de Rua e de Montanha e adota outras providências.*

A Comissão de Constituição e Justiça, seguindo parecer emitido pelo seu Relator, Deputado Caio Quintana, aprovou o presente Projeto e Lei. Da mesma forma, em Parecer elaborado pela Comissão de Esportes, de relatoria do Deputado Ademir Bier, também não encontrou qualquer óbice à aprovação do Projeto.

Diante disso, em fase final de tramitação, ocorreu o seu envio a esta Comissão de Cultura, para análise da questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise

de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

É certo que o projeto em epígrafe trata de fomento e desenvolvimento de atividades esportivas, razão pela qual já teve sua análise pela Comissão de Esportes. Entretanto, é de se considerar que eventos esportivos, em regra, trazem forte conteúdo cultural, expressando características próprias de determinadas comunidades.

Destarte, verifica-se que as corridas de rua e de montanha, vêm tendo uma recepção muito própria da população do Estado do Paraná, aumentando sobremaneira eventos nessas modalidades no decorrer dos últimos.

Do ponto de vista da competência legislativa, não qualquer impedimento na iniciativa dos entes federativos, conforme se constata na Constituição Federal, em seu artigo 24, adiante destacado:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

(...)

No mesmo sentido, prescreve a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

(...)

Partindo-se ao mérito do projeto, vê-se grande apelo cultural no fomento e desenvolvimentos das atividades citadas, traduzindo verdadeira obrigação estatal o incentivo às práticas desportivas. Ao menos, é o que se verifica nos dispositivos constitucionais federal e estadual, conforme adiante citados:

CF/1988

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social."

Constituição do Estado do Paraná

197. É dever do Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um, assegurando:

I - autonomia das entidades desportivas e associações, quanto à organização e funcionamento;

II - destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e amador;

III - incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, à pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade esportiva;

IV - criação de medidas de apoio e valorização do talento desportivo;

V - estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos e destinação de áreas para atividades desportivas, nos projetos de urbanização pública, habitacionais e nas construções escolares;

VI - tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;

VII - equipamentos e instalações adequados à prática de atividades físicas e desportivas pelos portadores de deficiência.

Art. 198. Caberá ao Estado estabelecer e desenvolver planos e programas de construções e instalações desportivas comunitárias para a prática do desporto popular

Art. 199. O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

(...)

Art. 220. O Estado, com a participação dos Municípios e da sociedade, promoverá programas de assistência integral à criança e ao adolescente, observadas, entre outras, as seguintes diretrizes:

(...)

II - incentivo à prática de desportos e realização de eventos com participação financeira de empresas privadas e estatais;

(...)

Por isso, considerando que o Projeto não contém qualquer vício de competência e iniciativa, merece ser aprovado. Isso porque no que diz respeito aos

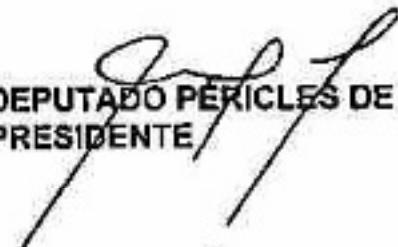
aspectos culturais, o incentivo às atividades desportivas, notadamente no que se referem às corridas de rua e montanhas, converge em verdadeiro dever do estado.

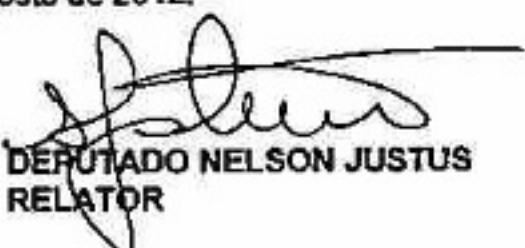
Portanto, para além de adequado constitucionalmente, cabe destacar que o Projeto colabora com a materialização do final do dispositivo contido no art. 215¹ da Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado o apoio e o incentivo das diversas manifestações culturais.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pela aprovação deste Projeto de Lei, ante a ausência de vícios e o atendimento de todos os preceitos constitucionais e legais afetos à matéria.


Sala das Comissões, 17 de agosto de 2012.

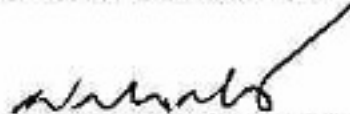

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO NELSON JUSTUS
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO

¹ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná DL
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Aníbelli Neto

Fls. 0012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 JUN. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 286 DE 2012

SÚMULA: Denomina de "Passarela Marco Aurélio Malucelli" a passarela localizada na BR 277 (Rodovia do Café), Km 94, nas imediações do Parque Barigui.

Art. 1º Fica denominada de "Passarela Marco Aurélio Malucelli" a passarela localizada no quilômetro 94 da BR 277 (Rodovia do Café), no Município de Curitiba, nas proximidades do Parque Barigui.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2012.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

14137 28/06/2012 08:38:19 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

Marco Aurélio Malucelli foi um brilhante engenheiro civil paranaense, formado em 1976 pela Universidade Federal do Paraná. Foi sócio fundador da empresa JMalucelli Construtora de Obras, que mais tarde veio a se tornar o Grupo JMalucelli, empresa que hoje em dia se faz presente em quase todo o território nacional e gera mais de 6.000 empregos diretos e 12.000 indiretos.

Casado, pai de três filhos, veio a falecer no ano de 1996 devido a um grave acidente de moto. Trouxe muitos benefícios à população paranaense, pois deixou um vasto acervo técnico de obras em sua área, o qual juntamos em uma relação em anexo.

No que se refere à legalidade da apresentação do presente projeto de lei, cabe ressaltar que a legitimidade para denominação da referida passarela não é da União e sim do Estado, pois a BR 277 encontra-se com responsabilidade por sua manutenção delegada ao Estado, sendo a passarela construída pela empresa concessionária responsável pela rodovia, em atendimento ao acordo celebrado numa parceria entre o Governo do Estado, a Prefeitura e a CCR Rodonorte.

Devemos observar que casos semelhantes ocorreram na proposição dos Projetos de Lei 292/2007 e 466/2008 (transformados nas Leis 15.587/2007 e 16.599/2010), que também visavam denominar viadutos construídos em rodovias federais delegadas aos Estados.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto, como forma de homenagear esse importante cidadão paranaense.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2011.

ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

MARCO AURÉLIO MALUCELLI

Sócio Fundador do Grupo JMalucelli - JMalucelli Construtora de Obras

1976- Formado em Engenharia Civil pela UFPR

Casado com 3 filhos

1996- Falecido em Acidente de Moto

Relação de Acervos Técnicos de Obras realizadas pelo ENG^o Marco Aurélio Malucelli

Contratante	Objeto/Trecho	Início	Fim	Acervo Técnico
DER/PR	Município de Couradina/PR, Vila Formosa	03/09/1990	31/08/1991	0594/94
DER/PR	Rod. PR-092- Barra do Jacaré Santo Antonio da Platina	01/08/1983	29/02/1984	0594/94
DER/PR	Rod. BR-116 Trecho: Início Pista dupla Entr. BR-476 - Quatro Barras/PR.	01/10/1987	11/09/1988	0594/94
DER/PR	Rod. Navegantes - Santa Terezinha/Moreninha - Santa Helena/PR.	17/09/1988	31/01/1989	0594/94
Inpacel	Fazenda Barra Mansa - Arapoti/PR	01/11/1988	30/04/1991	0594/94
ADM Portos de Paranaguá / Antonina	Faixa Portuária do Porto de Paranaguá/PR	27/12/1989	31/01/1991	0594/94
DER/PR	Avenida Portuária - Paranaguá/PR.	15/12/1989	31/08/1990	0594/94
DER/PR	Rod. PR-281/420 Agudos Sul/Pier/PR.	04/01/1982	14/05/1984	1091/93
Sanepar	Cascavel/PR.	01/09/1986	01/04/1987	1091/93
DER/PR	Flamíngio - Betaras - Lote 09 - Matinhos/PR	01/09/1989	24/05/1990	1091/93
DER/PR	Betaras - Jardim Monções Lote 10 - Matinhos/PR	02/01/1989	30/09/1989	1091/93
DER/PR	Rod. BR-116 km 5,5 Divisa PR/SP.	02/08/1988	16/09/1991	1091/93
Copel	Usina Hidrelétrica Segredo Bituruna	03/07/1991	24/03/1993	1206/94
DER/PR	Av. Belra Mar e Rua Damião Botelho Souza - Guaratuba/PR.	24/12/1985	30/06/1986	817/93
DER/PR	PR-495 Trecho: Medianeira-Misal/PR	02/01/1986	03/03/1987	817/93
DER/PR	Rod. BR-277 - Trecho: Cascavel/Foz do Iguaçu/PR	22/06/1984	22/05/1985	817/93
DER/PR	PR-218 Trecho: Joaquim Tavora/Carlopolis/PR	01/08/1987	14/12/1987	817/93
DER/PR	Rod. PR-495 Trecho: Santa	25/02/1987	31/12/1988	817/93

	Helena/Missal/PR			
DER/PR	Rod. BR-376 com a PR-151 - Ponta Grossa/PR	05/04/1993	24/10/1993	290/93
Copel	Usina Hidrelétrica de Segredo Bituruna/PR	03/06/1991	24/03/1993	927/93
DER/PR	Rodovia BR-116 km 5,5 Div. PR/SP	02/08/1988	16/09/1991	605/95
DER/PR	Contorno Sul - Rolândia no Entr. BR-369 Rolândia/PR	18/02/1994	31/03/1995	798/95
DER/PR	Estrada SP-55 Trecho: Pedro Tangués - Mogangua e Acesso a Prala Grande/SP	22/01/1980	22/07/1981	1057/94
DER/SP	SP-304 km 436+5,30m km 536+11,0 m em Americana/SP	11/03/1986	10/09/1986	593629/582175
DER/SP	SP-280 entre o km 42+960m e km 78	10/07/1986	10/03/1987	1300/91
DER/SP	SP-270 Trecho: Itapetininga, SP-255 entre o km 168 e km 180.	16/06/1986	16/06/1987	1095/94
DER/PR	PR-444 Trecho: Arapongas/São Pedro	12/11/1986	31/01/1989	817/93
DER/SP	SP-304 entre o km 250 e km 546+19,94m	09/10/1986	08/01/1987	1298/91
DER/PR	Rod. BR-116/PR Início Pista Dupla BR-476	01/10/1987	11/09/1988	594/94
DER/SP	BR-116 - Barra do Turvo	27/05/1988	26/04/1990	
DER/PR	Município de Foz do Iguaçu, Trecho: Av. Marlo Filho (Incluindo as Ruas Mané Garrincha e Belja Flor)	16/02/1989	15/08/1989	594/93
DER/SP	Estrada SP-141, trecho Cesário Lange - Porangaba/SP.	14/10/1985	14/04/1986	1038/94
DER/SP	São José do Rio Pardo/SP	02/12/1990	01/10/1992	415/95
DER/SC	Rodovia SC-440 Trecho: Guarda-Pedras Grandes	01/06/1992	01/07/1993	341/94
DER/SC	Rodovia BR-101/SC Trecho div. PR/SC - Div. SC/RS Entr. SC-437 - Div. SC/RS	30/07/1992	29/07/1993	695/94
DER/SC	Rodovia SC-470 Trecho: Gaspar/Ilhota	19/09/1992	19/10/1993	342/94
DER/PR	BR-376 com PR-151 Trevo do Posto Presidente	05/04/1993	11/11/1994	290/95
PETROBRÁS	Petrobrás - Base de Tanques no Município de Guaramirim no estado de Santa Catarina	18/05/1993	04/05/1995	255/95
DER/PR	Contorno Sul de Rolândia Lote 01 Trecho: Entr. BR-369 (Cambé) - Arapongas.	18/02/1994	31/03/1995	798/95



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 286/12

Projeto de Lei nº 286/12

Autor: Deputado Antônio Aníbelli Neto

Súmula: Denomina de "Passarela Marco Aurélio Maluceli" a passarela localizada na BR 277 (Rodovia do Café), Km 94, nas imediações do Parque Barigui.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
DENOMINAÇÃO DA PASSARELA
CONSTRUÍDA NO KM 94 DA BR 277
(PRÓXIMA AO PARQUE BARIGUI).
POSSIBILIDADE, ART. 65 E 238, DA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 33 e 124
DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 55 DA
LEI 8761/88. RESPOSTA DA DILIGÊNCIA AO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE
RODAGEM (DER/PR). CONSTITUCIONAL E
LEGAL APROVAÇÃO. PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antônio Aníbelli Neto, objetiva denominar "Passarela Marco Aurélio Maluceli" a passarela localizada na BR-277, km 94, nas imediações do Parque Barigui.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Neste mesmo sentido, dispõe o artigo 124 do REGIMENTO INTERNO DESTA CASA:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 19

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL N.º. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Conforme justificativa, o homenageado era engenheiro, sócio fundador da empresa J.Malucelli Construtora de Obras e faleceu no ano de 1996.

Conforme diligência do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), por meio da informação nº 52/2012 da Coordenadoria de Gerenciamento da Malha Rodoviária/Diretoria de Operações, "a passarela localizada no quilômetro 94 da BR-277 no município de Curitiba, nas proximidades do Parque Barigui, segundo nossos registros, não possui



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



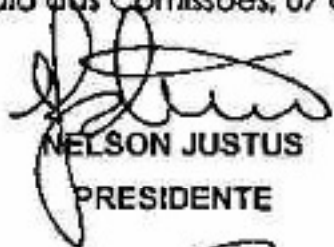
denominação até o presente momento, nada impedindo a aprovação do Projeto de Lei nº 286/2012".

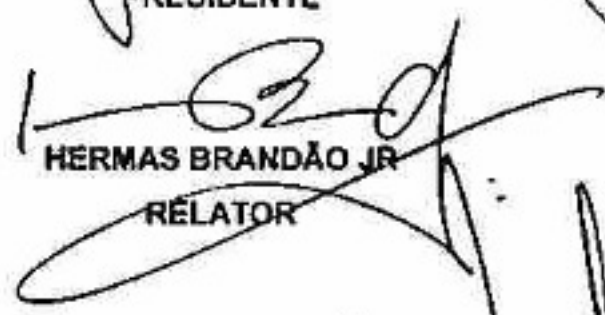
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista a LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto, bem como o parecer da Secretaria de Estado da Educação, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 07 de agosto de 2012.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


HERMAS BRANDÃO JR
RELATOR

APROVADO

11 de agosto de 2012



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 286/2012

Projeto de Lei nº 286/2012

Autor: Deputado Antônio Anibelli Neto

Súmula: Denomina de "Passarela Marco Aurélio Malucelli" a passarela localizada na BR - 277 (Rodovia do café), KM 94, nas imediações do Parque Barigui.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 286/12, de autoria do Deputado Antônio Anibelli Neto denomina de passarela Marco Aurélio Malucelli a passarela localizada na BR - 277, Km 94, nas imediações do Parque Barigui, prestando uma justa homenagem a um ilustre engenheiro civil, cidadão paranaense que contribuiu de forma brilhante com obras de extrema importância ao Estado do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 286/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, não existe qualquer impedimento para a presente proposta, uma vez que o presente projeto de lei é uma justa homenagem a um cidadão que desenvolveu diversas atividades em nosso Estado. Sendo engenheiro civil, participou da execução de obras de extrema relevância para o Paraná, vindo a falecer em 1996 em um grave acidente de moto. A construção dessa passarela é justamente uma segurança não somente aos pedestres, mas em também aos motoristas, por uma redução significativa de acidentes na rodovia, por esta razão é válida e justa essa homenagem.

Cumpramos a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

III - CONCLUSÕES

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, prestando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento de um Estado e brilhantes idéias para o Paraná. O Projeto de Lei 286/2012 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e, pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta homenageia um ilustre cidadão por um trabalho espetacular que desenvolveu. Seu acervo de obras é imenso e destaca a preocupação não só com a grandiosidade, mas com a segurança de todos acima de qualquer coisa, sendo digna essa ilustre homenagem.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 286/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 14 de Agosto de 2012.


MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


Francisco Bührer

Relator